

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

UM OLHAR PARA A PRÁTICA DO ENSINO DE AFRICANIDADES ATRAVÉS DOS GÊNEROS TEXTUAIS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Aline Ribeiro Silva¹
Fernanda Zagobinski Ribeiro²
Ione da Silva Jovino³

Resumo: O objetivo deste trabalho é identificar as africanidades (SILVA, 2005) que são abordadas nas aulas de língua portuguesa de uma escola estadual da cidade de Ponta Grossa. Este trabalho faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na subárea de Letras Português – Espanhol. O foco neste trabalho é o atendimento da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade a partir do ensino e aprendizagem dos gêneros textuais. O referencial teórico-metodológico está sendo construído a partir de Silva (2005), Bakhtin (1997), Marcuschi (2008), Bagno (2013), dentre outros. O trabalho está em fase inicial, assim os resultados são relativos ao levantamento bibliográfico e o estabelecido pelas diretrizes teórico-metodológicas.

Palavras chave: Africanidades. Ensino de Língua Portuguesa. Gêneros textuais. PIBID.

Introdução

Este artigo abordará as ações do projeto PIBID Espanhol da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Esse projeto teve início em março de 2014 e tem como objetivo principal o desenvolvimento de um trabalho embasado na teoria dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008; DCE-PR, 2008; BAKHTIN, 1997) e o atendimento à Lei 10.639/03. Fazem parte desse projeto, uma professora coordenadora (professora da UEPG da área de estágio), duas professoras supervisoras (professoras de língua portuguesa da rede pública no Paraná) e de doze bolsistas (graduandas do 1º ao 4º ano da licenciatura em Letras espanhol/português). As bolsistas observam as práticas das professoras, com alunos dos 8º e 1º anos do ensino fundamental e médio, fazendo intervenções na prática dessas docentes e também contemplando os gêneros textuais na perspectiva das africanidades. Toda semana há reunião do grupo PIBID Português com o intuito de discutir textos relacionados a africanidades e outras questões envolvendo os gêneros textuais.

Segundo Marcuschi (2008), o estudo dos gêneros textuais não é recente, tendo sua origem em Platão e Aristóteles. Hoje os estudos dos gêneros textuais encontram-se na linguística, mais precisamente nas perspectivas dos discursos. Entende-se por gêneros textuais textos materializados em situações comunicativas. São exemplos de gêneros textuais: telefonema, carta comercial, crônicas, reportagem, receita culinária, piada e etc. Os gêneros textuais são formados de textos estáveis que são situados em um determinado tempo e espaço social.

¹ Graduanda da UEPG do 2º ano do curso de Letras, bolsista PIBID, alineribeiro.s@hotmail.com.

² Graduanda da UEPG do 3º ano do curso de Letras, bolsista PIBID, fernandazr2012@gmail.com.

³ Doutora em Educação, professora da UEPG do curso de Letras, ionejovino@gmail.com.

Para Bakhtin (1997), existem na sociedade os gêneros textuais primários e secundários. Os gêneros primários são os mais simples e correspondem ao cotidiano do falante, como carta pessoal, telefonema, lista de compras, conversa familiar, entre outros. Já os secundários são os romances, textos jornalísticos, científicos, teatro, aula-expositiva e etc. Segundo Bakhtin, “é de acordo com nosso domínio dos gêneros que usamos com desembaraço, que descobrimos mais depressa e melhor nossa individualidade [...]” (BAKHTIN, 1997, p.304). Entende-se que seja necessário que os alunos dominem os gêneros textuais para empregá-los de forma coerente na sociedade.

A pesar dos estudos sobre os gêneros serem antigos, o trabalho com o texto nas salas de aulas é recente. Segundo as DCE's, “durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa foi ministrado por meio de conteúdos legitimados no âmbito de uma classe social dominante e pela tradição acadêmica/escolar.” (PARANÁ, 2008, p.62). Antes predominava nas aulas de português o ensino da gramática normativa, onde o texto não tinha um papel importante, era importante ensinar normas e frases soltas, porém esse tipo de ensino não buscava a reflexão crítica dos alunos.

No intuito de mudar esse quadro surgiram as diretrizes. Segundo as Diretrizes Curriculares de Educação Básica de Língua Portuguesa do estado do Paraná (DCE-PR),

O trabalho com a gramática deixa de ser visto a partir de exercícios tradicionais, e passa a implicar que o aluno compreenda o que seja um bom texto, como é organizado, como os elementos gramaticais ligam palavras, frases, parágrafos, retomando ou avançando ideias defendidas pelo autor, além disso, o aluno refletirá e analisará a adequação do discurso considerando o destinatário, o contexto da produção e os efeitos de sentidos provocados pelos recursos linguísticos utilizados no texto (PARANÁ, 2008, p.61).

Para o atendimento à Lei 10.639/03, é necessário ressaltar nosso principal referencial teórico. Optamos por trabalhar com o conceito de africanidades proposto por Silva (2005), o qual a expressão “africanidades” refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana:

As Africanidades Brasileiras vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes, ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos étnicos com que convivem suas influências e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as destes. Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira. (SILVA, 2005, p. 156)

Ensino-aprendizagem com gêneros textuais e africanidades: algumas reflexões

Segundo Bakhtin, “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.” (Bakhtin, 1997, p.279).

O discurso não acontece sozinho, precisa de interlocutores. Para haver discurso é necessário a interação entre os sujeitos do discurso. Como diz Bakhtin,

O papel dos outros, para os quais o enunciado se elabora, como já vimos, é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real [...], não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 1997, p.320).

Nesse sentido, o professor de língua portuguesa tem que propor a interação entre os alunos, eles devem ser ativos no seu processo de aprendizagem e não passivos como acontecia no ensino tradicional. Ao trabalhar os gêneros textuais o educador deve deixar claro as diferenças entre gêneros textuais e tipos de textos, pois nota-se que há grande confusão entre ambos. O tipo textual “caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequência retórica) do que como textos materializados, a rigor são modos textuais” (MARCUSCHI, 2008, p.154), dividem-se em narrativos, argumentativos, expositivos, descritivos e injuntivos. Para Marcuschi,

2442

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composição funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem [...] (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Ao trabalhar com os gêneros textuais o professor deve buscar desenvolver o lado crítico do aluno, portando deverá “promover o amadurecimento do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita, para que os estudantes compreendam e possam interferir nas relações de poder com seus próprios pontos de vista [...]” (PARANÁ, 2008, p.64). Ao trabalhar com a prática da oralidade é importante o professor respeitar as variedades linguísticas dos alunos. O docente deve desconstruir os estereótipos que foram criados na sociedade acerca da língua portuguesa brasileira: “a língua é homogênea e só existe a norma padrão como língua dos brasileiros”. Segundo Marcos Bagno,

Esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os quase 190 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc. Com isso também se nega o caráter multilíngue de nosso país, onde são faladas mais de duzentas línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos, línguas surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças

com os países vizinhos, além das falas remanescentes das diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravagista. (BAGNO, 2013, p.27).

É importante ressaltar que nossos trabalhos são embasados pela Lei 10.639/03 promulgada em 09 de janeiro de 2003, que modificou o artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira:

História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Em nossa proposta do PIBID, tomamos como base um dos princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (BRASIL, 2004), qual seja “Consciência política e histórica da diversidade”, que, entre outras coisas, busca conduzir:

- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
 - ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afrobrasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- (BRASIL, 2004, p. 18-19).

2443

A referida Lei 10.639/03 foi reformulada pela Lei 11.645/08, que passou a estabelecer também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena brasileira.

Consideração finais

Tendo em vista que o projeto PBID Português é recente, não temos um resultado final do trabalho desenvolvido com os gêneros textuais e africanidades nas aulas de português. Uma vez que as bolsistas do projeto serão professoras de língua portuguesa esse estudo foi de suma importância. Nas futuras intervenções pelo projeto e nas suas práticas como professoras buscará conciliar teoria e prática na tentativa de ajudar os alunos a compreender os gêneros textuais. Como diz Bakhtin: “para usá-los livremente, é preciso um bom domínio dos gêneros” (BAKHTIN, 1997, p.303).

Acreditamos que é fundamental trabalhar a língua portuguesa através dos gêneros textuais e não por frases soltas e isoladas, pois os alunos se comunicam por textos orais e escritos. É importante que o professor trabalhe vários gêneros, fazendo com que os alunos percebam suas tipologias. Segundo as DCE,

O professor é quem tem o contato direto com o aluno e com as suas fragilidades linguístico-discursivas, seleciona os gêneros (orais e escritos) a serem trabalhados de

acordo com as necessidades, objetivos pretendidos, faixa etária, bem como os conteúdos, sejam eles de oralidade, leitura, escrita e/ou análise linguística (PARANÁ, 2008, p.64).

O professor deverá propor a interação dos alunos e desenvolver o lado crítico dos mesmos, para que possam ser cidadãos ativos e desconstruam estereótipos sobre a história e cultura dos negros.

Ademais da educação antirracista prezamos estudar e refletir com os alunos sobre o elo que existe entre o Brasil e África, e assim estabelecer uma ligação entre os brasileiros e esses conteúdos, proporcionando discussões e reflexões entre os alunos, objetivando tentar reduzir a desigualdade que está presente dentro da sala de aula e valorizando a herança que nos pertence e faz parte de nossa identidade.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 55 ed. Loyola: São Paulo, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira

BRASIL. Lei 10.639/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana**. Brasília, Ministério da Educação, 2003.

_____. **Parecer CNCE/CP, 3/2004**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP, 2004

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

2444